

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



GODINHO, Vitorino Barbosa de Magalhães (Lisboa, 1918 – Lisboa, 2011)

Filho de Vitorino Henriques Godinho e de D. Maria José Vilhena Barbosa de Magalhães. Seu pai, oficial do Exército, com o curso do Estado-Maior tendo desempenhado funções de Chefe do Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português na frente de combate na Flandres durante a Grande Guerra (1914-1918), esteve colocado como adido militar na Embaixada de Portugal em Paris e foi professor na Escola de Guerra e dos Altos Estudos Militares. Fazia parte do grupo dos “jovens turcos”, oficiais do Exército que procuravam transformar a República Portuguesa recém-proclamada (5 de Outubro de 1910) num regime novo e progressivo; foi deputado, Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Interior, Director-Geral (e reorganizador) da Estatística. Os senhores da ditadura (1926) impediram a sua promoção ao generalato passando à reserva como coronel. Por parte da Mãe descendia de famílias ilustres de Aveiro, sendo sobrinho do oficial do Exército Manuel de Almeida Maia Magalhães, republicano que defendeu o novo regime logo na primeira incursão, em 1911, que se bateu na Grande Guerra em África e em França, que foi preso por Sidónio, que teve papel de destaque no combate à Monarquia do Norte; e que foi governador colonial de Cabo Verde e de Macau; um outro tio, José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães foi famoso advogado (Bastonário da Ordem em 1933), professor da Faculdade de Direito de Lisboa, tendo sido deputado e Ministro da Justiça, da Instrução Pública e dos Negócios Estrangeiros. Democrata convicto e militante, mantendo-se no Partido Republicano Português de Afonso Costa, seria aposentado coercivamente da sua cátedra.

Determinação do meio, personalidade e acaso em partes ignoradas. Com raízes que muitas vezes se desconhecem. “O nosso ofício, sobretudo se chega a identificar-se com a nossa vida, afunda frequentemente raízes longínquas. Não me lembro já se o gosto pela história despertou em mim lendo a saltar a volumosa mas jamais maçadora *História de Portugal* de Pinheiro Chagas [...], apoiada pelos livrinhos cívicos de Victor Ribeiro, ou [...] com a leitura da límpida *História da Civilização na Europa* de Guizot [...]” Uma história de Portugal estimulante, uma história da civilização europeia onde erudição e tentativa de visão global vão a par. Bom começo também, no ensino secundário, no Liceu de Gil Vicente, em Lisboa, onde teve como professores Câmara Reis e Newton de Macedo, entre outros que não esqueceu. Mais: o rapazinho convive com os intelectuais da *Seara Nova*, em especial com António Sérgio. Sempre a cidadania e a aprendizagem escolar se confundindo. E será precisamente na *Seara Nova* que sai o seu primeiro escrito, uma crítica a um romance de Joaquim Leitão, nome bem esquecido hoje.

Desse convívio estimulante, em especial com Newton de Macedo, resulta que terminado o ensino



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

secundário no Liceu de Pedro Nunes em Lisboa, ingresse na Faculdade de Letras para frequentar a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas. Desilusão total. “Naquele velho casarão, para onde só se entrava descendo, consoante Rodrigues Lapa mostrou e por isso donde teve que sair, dignificando-se; nesse ambiente mental de bafiento positivismo oitocentista (apesar de tudo ainda respeitável em relação à chilrice subsequente) que mais amodorrava a vizinhança académica, não podia sentir-se a ânsia de filosofar, nem havia qualquer estímulo à investigação.” O que Godinho não vai sentir como negativo, pelo contrário: “Gozámos por isso do privilégio de nada ter aprendido na Faculdade, e de nos podermos preparar à nossa vontade.” Comporta-se como “franco-atirador”, aprendendo à distância autodidacticamente mas em contacto com os grandes mestres. É explícita: Pirenne, Marc Bloch, Lucien Febvre, La Blache, Gordon Childe, Brunschvicg, Goblot, Pierre Janet, Piaget, Paul Guillaume, tantos e tantos... E não se esqueçam os portugueses, Jaime Cortesão – então exilado em França e depois no Brasil – e directamente António Sérgio e Duarte Leite. Mais tarde igualmente Veiga Simões.

Da reflexão filosófica sairá como dissertação de licenciatura: *Razão e História*. Magalhães Godinho vai frequentar o estágio para professor de Liceu. Daí transitará depois para a Faculdade de Letras, para o grupo de História, contratado como Professor Extraordinário, “por pressão amiga de um arqueólogo, Manuel Heleno.” Começa então a carreira que o há-de levar à História, e por distribuições de serviço será obrigado a leccionar inúmeras cadeiras: história oriental, clássica, moderna e contemporânea, história geral da civilização, numismática... tendo ainda que assegurar aulas práticas (e teóricas de um catedrático não muito assíduo). Sobrecarga habitual, nesses tempos de escasso professorado, que impedia a especialização precoce e abria para a comparatividade. Começa a reflectir sobre a história dos descobrimentos e da expansão portuguesa. Por 1943-1945 prepara e faz publicar duas obras fundamentais no seu percurso: *A Expansão Quatrocentista Portuguesa. Problemas das origens e da linha de evolução* e os *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*. Problematiza e só depois busca os materiais de arquivos e bibliotecas – onde poucas coisas lhe iriam escapar – construindo assim as suas fontes. Porque também desde cedo concebeu a fonte histórica como o resultado de uma busca intelectual.

De apresentação muito didáctica (os *Documentos* destinava-se originariamente aos seus alunos da Faculdade de Letras), apresenta questões e sugeria vias de estudo para se perceber o significado da arrancada portuguesa além-mar. Logo aí a fonte histórica é considerada como uma manifestação ou expressão com significado cultural. Trata-se de usar o que Lucien Febvre denominou como *ferramenta mental*. “As fontes são construídas correlativamente à construção dos próprios factos.” “A construção da documentação [...] é por si só um facto histórico e é simultaneamente uma fonte porque é uma obra cultural que nos permite mediatizar toda a atitude mental, toda uma ferramenta [...]” “Em meu entender, a história deveria, se possível, assentar predominantemente em fontes publicadas, e o ideal seria que nela assentasse exclusivamente para que todos pudessem verificar as interpretações (o carácter universal da verificabilidade é imprescindível em ciência).”

Os *Documentos* foram uma “lufada de ar fresco na anquilosada prática historiográfica nacional.” Os próceres do regime estavam atentos e Alfredo Pimenta, guardião da ortodoxia católico-política alerta



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Salazar para o “escritor expoente da mais nefasta doutrina”, autor de um livro “cheio de veneno”, livro “cientificamente nulo, doutrinariamente errado e pecaminoso.” O autor, como o mestre de Coimbra Sílvio Lima, que o elogiara, seriam para esse acusador, pioneiros do “materialismo histórico”! Há queixas contra o seu ensino e o conselho da Faculdade decide fiscalizar-lhe as aulas, em inaceitável acção policial – a executar por professores, note-se, apenas com o voto contrário de Manuel Heleno. E foi a ruptura. A primeira saída de Universidade portuguesa. Com que os estudantes não concordaram. E acompanharam-no até ao Ateneu Comercial de Lisboa, onde ensinou livremente de 1944 a 1946. Como escreverá no final da sua longa vida: “o regime era coerente dispensando os nossos préstimos.” Alguns serão os que desse primeiro grupo de alunos se firmarão na pesquisa: Jorge Borges de Macedo, Joaquim Barradas de Carvalho, José Gentil da Silva, Julião Soares de Azevedo, Joel Serrão, Artur Nobre de Gusmão, Mário Soares.

Mas há que assegurar a sua subsistência e a dos seus. Dedicar-se à edição de livros que dirige e traduz. Os leitores portugueses vão assim dispor de textos fundamentais, ainda hoje de consulta obrigatória: é “Marcha da Humanidade” lançada pelas Edições Cosmos de Lisboa. E trabalha também para si. De entre as obras que então saem, merece atenção especial *A Crise da História e as suas Novas Directrizes*. Nela podemos medir o fosso entre os anseios do historiador em formação e aquilo que a história – ensino e pesquisa – ia sendo no Portugal de então: basta ver o que a muito governamental Academia Portuguesa da História publicava e o que nela se debatia. *A Crise da História* é um livro irremediavelmente datado. A actualização problemática por que Magalhães Godinho lutava acabou por acontecer, em boa parte por sua acção e inspiração e mesmo orientação.

Influenciado já pelos *Annales*, integra nas preocupações da história da civilização como “história de todos os homens, uma história do homem total; mais concisamente: para uma história humana.” Dentro deste todo tem papel de relevo a história económica: “o apetrechamento técnico e as relações de produção e distribuição condicionam toda a orgânica social e que aquelas e estas condicionam, de maneira geral, a cultura e a política. Em suma: a economia exerce uma influência sobre todos os aspectos da vida humana (em parte devido precisamente à sua universalidade).” O progresso técnico, sempre, numa concepção que tem as suas raízes em Condorcet. Deixando rasto de uma empatia quase iluminista pelo clássico. Logo, avança para a história das técnicas, cuja importância já então destaca. Técnica-meio geográfico: acção-reacção dos homens e da natureza. Também a história da cultura e das mentalidades vem ocupar o lugar central que cabe na obra de um discípulo à distância (por enquanto) de Lucien Febvre, deslumbrado já com *Le problème de l’incroyance au XVI^e siècle*.

“Situar a economia e a técnica, a religião e a ciência, a arte e as formas de mentalidade, o direito e o sistema político-social no centro da história equivale a refundir integralmente a noção de conteúdo daquilo que designamos por história.” Abrangência e globalização do conhecimento das sociedades que permite avançar para novos problemas, vencer novas dificuldades e responder à pergunta fulcral organizadora: para que serve a história? Assinale-se que o ainda desconhecido *Métier de l’historien* (1949) de Marc Bloch assim precisamente abre. Para que serve, então a história? Para “ser um meio de perceber as nossas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

inquietações e dificuldades actuais, para servir a construção comum de uma sociedade verdadeiramente humana. A história deve ser um instrumento para compreender a sociedade de hoje e as perplexidades do pensamento actual.” E ainda: a “história representa no conjunto do conhecimento a explicação genética.” Livro fundamental e único, *A Crise da História e as suas Novas Directrizes* revela-nos ainda e sempre a preocupação muito prática pela reforma do ensino, que continuava arcaico e obedecendo a concepções ultrapassadas.

Pierre Hourcade, director do Instituto Francês em Lisboa, obtém, com o patrocínio de Marcel Bataillon e de Lucien Febvre e depois de Fernand Braudel a contratação de Vitorino Magalhães Godinho como investigador do Centre National de la Recherche Scientifique, em 1947, o que lhe vai possibilitar demorada estadia em Paris, até 1960. Então se completa a sua formação, nos largos horizontes dos grandes mestres na École Pratique des Hautes Études. Será Lucien Febvre a prefaciá-la a sua primeira grande obra de história económica – *Prix et monnaies au Portugal. 1750-1850*. Trabalha então em seminários, colabora nos *Annales*, é fundador da Association Marc Bloch (com uma ramificação em Portugal, que impulsiona – a Sociedade Portuguesa de História da Civilização), convive de perto com os grandes da historiografia francesa desses anos áureos. Anos fecundos marcados pelo impulso de Lucien Febvre na direcção da VI Secção da École Pratique des Hautes Études, impulso continuado a partir de 1956 por Fernand Braudel. Paris é então o centro do progresso do saber histórico. Historiadores irmanados numa atitude comum, em trabalhos não convergentes. Que vistos à distância bem merecem – mesmo se recusada pelos próprios – a designação de Escola dos *Annales*. É a grande obra de tentar historicizar todas as ciências sociais, de fecundar a história com os objectos, as teorias e as metodologias das demais ciências sociais. É a realização prática dos desejos expressos em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, que continuará, mais imperialista ainda, sob Fernand Braudel. Magalhães Godinho, membro “à part entière” do grupo – ensinará com Maurice Lombard e Pierre Mombeig em São Paulo, integrado na missão francesa, em 1954 –, cabe especial referência não apenas pelos seus oceanos da tese de doutoramento em que trabalhava, mas pela preocupação com as ligações e transferências para a história da teoria económica.

No campo da história económica perscruta por então a aplicação e validade (ou anacronismo) de teorias fundamentais que por então progridem. Recorde-se a tese sobre o processo de industrialização que, inspirada em Schumpeter, vai aperfeiçoar, aplicando-a à realidade portuguesa, em que as depressões comerciais, desencadeadoras das inovações técnicas, têm um papel central. Da sua análise resulta que o processo explicativo – que o cidadão português procura entender pelas frustrações e bloqueios do crescimento e desenvolvimento pátrios – ser ensaiado com êxito na Catalunha (como concluíram Pierre Vilar e Jordi Nadal). E não só. O aprofundamento teórico não implica menosprezo pela erudição, arma de base do ofício. E são novos fundos de arquivos a explorar. Prefaciando os *Prix e monnaies au Portugal 1750-1850* – segundo número da coleção “Prix – Monnaies – Conjonctures”, Lucien Febvre, entre irónico e admirativo, informa: “il ne fait pas bon, avec lui, se tromper d’une journée dans la chronologie, ou négliger l’apport d’une brochure passée inaperçue.” Magalhães Godinho, dominando admiravelmente os problemas monetários dos fins da Idade Média (como se verá na sua tese), salta afoitamente para os séculos XVIII e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

XIX, dilucidando não apenas a ligação preços-moedas, como os problemas da industrialização e os do mercado português, numa visão alargada integrando o Brasil, a África e a Ásia.

A economia do império português, que resulta da sua tese de 1959, é, antes de mais, a história de uma escolha, as origens de um rumo que falhará. Ligando o desligado, destapando o oculto, a sociedade portuguesa mercantiliza-se precocemente e acaba por recusar a modernidade para que portentosamente contribuísse. Averiguar as origens deste bloqueio está no cerne das preocupações do trabalho que, em Português, tomará o título de *Os Descobrimientos e a Economia Mundial* (1963-1971). Nele encontramos essa rede comercial a uma escala transoceânica, em grande parte orientada pelo estudo da moeda (que funciona como um revelador de pesquisa a empreender). Mas não só. Os produtos exóticos, da produção ao consumo, são acompanhados de perto, e a história política, como a história social e cultural, imbricam-se numa coesão explicativa admirável. Império, espaços, sociedade, homens; são os canários (guanches), os pretos de África, os indústânicos, os ameríndios, os indonésios, os chineses, os japoneses, todos aqueles com que os Portugueses contactaram, também numa diáspora para fora do espaço imperial, espantosa dispersão que os seus estudos sobre os portugueses e a emigração mostram. Sem se demorar excessivamente na história política, todavia aqui e além ela aflora, para em escrita que parece caprichar quando desses assuntos trata, mostrar os acontecimentos e o seu entrecruzado e emaranhado factual. O escritor que o historiador também afinal tem que ser, esmera-se nessa reconstituição de narrativas. Escrita sempre extremamente cuidada.

Com o seu “doctorat d’État” obtido em 1959 na Sorbonne (com Fernand Braudel a arguir), Magalhães Godinho preparava-se para subir na carreira de investigação do CNRS quando Adriano Moreira, director do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, lhe lança o desafio de regresso à Pátria e da exaltante missão de preparar de um modo diferente o alto funcionalismo ultramarino. E Magalhães Godinho aceita a cátedra, esperançado em lhe serem dadas agora condições de pesquisa e de poder formar discípulos portugueses ao serviço de Portugal. Frustração, afinal. Não se solidarizara com a mensagem de felicitações enviada a Salazar no começo da guerra colonial. E em 1962, e durante a crise académica, o cidadão ousa solicitar ao director da instituição (interinamente o padre Silva Rego que substituíra Adriano Moreira feito ministro do regime), que reunisse o conselho do Instituto para se pronunciar sobre os graves acontecimentos que abalavam as universidades portuguesas. Manifestando com clareza o seu apoio aos estudantes e à “independência da Universidade”, achando que à Universidade e apenas a ela, cabia resolver os seus problemas, adiantando que havia que “verberar a maneira como o Ministério da Educação” se tinha comportado, “sendo ele o único responsável das situações criadas”, e ainda a maneira como “tinha desatendido a Universidade”, estava a dizer o mesmo que alguns próceres do regime, como Marcello Caetano. Mas o padre Silva Rego, ao receber essa carta datada de 13 de Maio de 1962 acha-a escaldante e envia-a ao Ministério da Educação, donde será reexpedida para o do Ultramar. E começa um processo disciplinar que conduzirá à demissão compulsiva, e embora ganhando o recurso e obtendo uma reintegração, em simultâneo se verá acompanhada por nova e definitiva expulsão. O cidadão e cientista altamente qualificado não tinha lugar na Universidade portuguesa. Disso Magalhães Godinho culpará



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sempre Adriano Moreira. E conclui: “Tive a honra de ser o único professor catedrático demitido.” Ganho o recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, é-lhe dada razão, reintegrado e novamente expulso – as duas decisões surgem publicadas no mesmo *Diário do Governo*.

É neste ambiente que virá a público *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, encomenda para as publicações do 5º Centenário da morte do Infante D. Henrique que Caeiro da Matta tivera de recusar, por entender que “foi orientado num espírito bem diferente do que presidiu às comemorações henriquinas.” Ao autor foi mesmo transmitido por um historiador (desconfie-se que Armando Cortesão, recém-convertido ao Estado Novo que combatera) que se tratava de um trabalho “demasiado económico, quase marxista.” afirmando que o livro tinha o defeito de tratar apenas de economia! Evidentemente, e inverdade, não menos. As razões são outras, e dentro da sua maneira de pensar e de agir Salazar mostrava-se coerente. Ou outros por ele, que não há que esquecer que o Infante D. Henrique figurava um símbolo fundamental para o beatério nacional que se revia na ditadura. Pôr em causa a quase santidade do virginal combatente chocava: “Tanto desaforo torna-se quando menos, facécia.”

Não trata *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos* apenas da economia, como foi arguido de forma ignara. A dificuldade provinha precisamente do modo como economia, sociedade e cultura se apresentavam articuladas, harmónicas ou conflituais. E isto não servia aos que, nas vésperas da guerra colonial, precisavam encontrar no Infante um puríssimo visionário, um virginal salvador de almas dos escravos (que vendia para os converter à fé católica – segundo indelével descrição de Zurara...) Verdade seja que Magalhães Godinho diminuía o Infante, pois a angélica figura era forçada a abandonar as abruptas falésias de Sagres para se mover em concretas e duras condições económicas, sociais e políticas, onde avultava e que não dominava: há outras personagens, há outras forças em presença, há interesses diversificados, concorrenciais. Tampouco Portugal é um rectângulo isolado das motivações e estratégias dos povos ribeirinhos do Mediterrâneo e do Atlântico.

Demitido da Universidade, Magalhães Godinho vai manter-se em Portugal, na actividade editorial, como escritor, investigador e director literário de editoras. Na Sá da Costa preparará a edição portuguesa da *Enciclopédia Focus*, em grande parte reescrita. E será outra vez a Cosmos, desta feita com a colecção *Rumos do Mundo* (Destins du Monde), de Febvre – Braudel, Cosmos onde editara e longamente comentara, pouco antes, a colectânea por si organizada da obra dispersa de Duarte Leite. Retoma então também o projecto da colecção “A Marcha da Humanidade”. Entre outros trabalhos dará preciosa colaboração ao *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão e onde saem muitos dos artigos que virão a ser compilados nos seus indispensáveis *Ensaios*. Será também a edição portuguesa da sua tese de doutoramento, magnificamente ilustrada.

E o cidadão, que desde estudante militava cívica e politicamente, continua a intervir, com destaque para a sua participação no consentido Congresso Republicano de Aveiro, onde profere uma conferência que depois sairá ampliada em livro, *O Socialismo e o Futuro da Península*. Anos de frustração, de dificuldades, anos fastos na produção pessoal. Mas a França não o esquecerá, e a Academia de Marinha galardoa-o com o grande prémio em 1970: a tese de doutoramento finalmente impressa. No ano seguinte, por sugestão



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de Albert Silbert e Michel Mollat será catedrático em Clermont-Ferrand, onde ficará até 1974, e na qual será feito doutor *honoris causa*. Anos calmos, numa Auvergne que sentirá como sua, enquanto o salazarismo requeentado de Marcello Caetano apodrecia, deixando-se desarticular por dentro. A reforma educativa de 1972 – sintoma inequívoco dessa desagregação – suscitou-lhe uma crítica que azares editoriais farão com que saia a público em plena revolução do 25 de Abril de 1974. Azares que o indicam, com carácter quase óbvio, para Ministro da Educação e Cultura.

De Julho a Novembro de 1974 tentará agir em duas frentes: reformas imediatas para adequar o ministério e os restos do aparelho educativo ao percurso democrático, lançamento das bases para uma grande e profunda reforma estrutural. Cinco meses em que o seu programa (porque é um ministro com programa!) e o seu jeito de acção – que exigia autoridade e um Estado forte e não compatibilizador com aventuras totalitárias ou demagógicas, em que o fazer resultaria (muito iluministicamente) do dever ser – embatem com uma realidade anárquica, golpista e comunizante. Que batesse com a porta e fosse para casa, desempregado, era previsível. Entretanto, desde 1978 assumira funções de professor catedrático na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Mais uma vez falhando na sua ambição de dotar o País de uma pesquisa e de um ensino integrado das ciências sociais, que articulasse história com sociologia, economia, geografia, antropologia. Queria uma unidade de aprendizagem fundamentadora de uma outra lógica no ensino superior. Não era isso entendível, não pelas autoridades do tempo (ao contrário do que Magalhães Godinho escreveu), mas pelos seus colegas. Mesmo alguns que pareciam muito próximos. Talvez temessem um ascendente perante o qual teriam dificuldade em defender os seus saberes especializadíssimos... O modelo era o da *École Pratique des Hautes Études*, tal como Magalhães Godinho o imaginava, interdisciplinar em todas as situações, o que afinal nem em Paris ocorre... Mas o que se concretizou não melhorava afinal o que as três faculdades de Letras estavam capazes de realizar.

Nem sequer ficou Vitorino Magalhães Godinho numa cátedra de História. Foi empurrado (ou preferiu) instalar-se na Sociologia, onde afinal criou um grupo de discípulos que souberam articular Ciências Sociais com História: Francisco Bethencourt, Rui Santos, Pedro Tavares de Almeida, Jorge Pedreira, Diogo Ramada Curto (que depois se afastou do mestre). A que se juntavam trabalhando junto dele ou acompanhando-o David Justino, Maria Eugénia Mata, Nuno Valério, Jorge Crespo. Fora, Joaquim Romero Magalhães, Aurélio de Oliveira, João Marinho dos Santos. Foi a gente que sustentou a primeira fase da *Revista de História Económica e Social*, com que o grupo de discípulos proveniente do Instituto Superior de Economia e Gestão arrancou (1979-1989). Também foi nos anos Oitenta que se fundou a Associação Portuguesa de História Económica e Social que tem crescido em número de associados e em realizações importantes. A esses arranques Magalhães Godinho presidiu e deu o primeiro alento.

Sem desânimo, e aberto à colaboração, onde sente que deve intervir, aceitou ser nomeado em 1984 para um lugar para que a sua preparação e vocação o tornava candidato óbvio: a direcção da Biblioteca Nacional de Lisboa. Pouco tempo teve, porém, para pôr de pé um plano maduramente meditado, em que visava dar à Biblioteca o lugar de vanguarda e o brilho dos tempos de Jaime Cortesão e Raul Proença. A



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

impossibilidade de o fazer foi dolorosa em extremo para Vitorino Magalhães Godinho, que se deixou enredar nos ínvios procedimentos da administração pública, em que não acreditava. A impossibilidade de erguer a Biblioteca Nacional ao lugar que devia ser o seu foi não menos grave para a cultura portuguesa. Em 1988 chegava a jubilação, que permitiu a discípulos e admiradores uma publicação de *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Onde há colaboradores como Frédéric Mauro, Alberto Tenenti, Albert Silbert, Immanuel Wallerstein, S. N. Eisenstadt, Michel Morineau ou Suzanne Daveau. Para além dos portugueses, seus discípulos ou companheiros de trabalho e pesquisas.

Considerou Magalhães Godinho que a sua vida fora traçada por três vectores: o professorado, a pesquisa científica e a intervenção cívica. Ao fazer os 70 anos encerrava-se o professorado. Muito embora continuasse a realizar conferências, a participar em reuniões e por vezes (até 1993) a fazer parte de júris de provas académicas. Porém, a actividade lectiva terminara. Com o limite de idade acabava o contacto permanente e vivificador com os estudantes. Iria viver mais 23 anos, sem afrouxar as duas outras actividades em que desde cedo se empenhara. Porque a produção de Magalhães Godinho não aliviou. Muitos e muitos artigos e livros foram sendo produzidos, apresentadas aqui e ali ao sabor dos muitos convites que lhe eram dirigidos (e que a poucos afinal acedia). À Comissão de Ciências Humanas e Humanidades da European Science Foundation de que fez parte, dinamizando aspectos fundamentais para a pesquisa, como aceitara ser eleito para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, correspondente da Academia Brasileira de Letras e membro da British Academy. Não lhe faltou o grande prémio da Fundação Balzan, em 1991, ponto máximo do reconhecimento do seu labor docente e da qualidade da sua investigação e obra de historiador. Enquanto não esquecia as obrigações cívicas que o obrigavam a uma intervenção por vezes aguerrida. Pesquisador que nunca conseguiu dispor do centro de trabalho que várias vezes propôs que fosse criado. Que sonhou fosse um Instituto Português de História dos Descobrimentos e da Expansão Europeia. Só depois se poderia ambicionar a realização de comemorações significativas – porque desde 1947 se insurgia contra o comemorativismo que as instâncias oficiais promoviam. Criação que umas vezes falhava por culpa dos que não atendiam às suas propostas, outras também pelas exigências de total autonomia que sempre acompanhava os seus pedidos. Mal foi que nunca ambas as posições se conjugassem, de modo a proporcionar a Magalhães Godinho a orientação de trabalhos sobre a realidade portuguesa que assim falhou. Em 1990 sai *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar – séculos XIII – XVIII*. Nessa obra reúne parte do que de mais decisivo tinha trazido ao conhecimento da expansão portuguesa e mundial nos últimos anos. Sempre inquirindo o que é Portugal, o que são os Portugueses. Tentando inflectir o que se ia escrevendo sobre história dos descobrimentos, e dando deles um panorama de uma enorme riqueza, em que se mostram permanências e inovações, economias, sociedades, estruturas culturais e ferramentas mentais. Boxer confessará: “nunca escrevi um livro com essa dimensão intelectual.”

Foram estes os anos das comemorações dos descobrimentos portugueses, realizações essas contra as quais sempre se insurgiu repetidas vezes porque lhe pareciam um remoer passadista de memórias afeiçoadas ao pensamento retrógrado: “sob revoada de comemorações temos vivido estes anos de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

tumultuosas mudanças no viver colectivo, ao mesmo tempo que se desenrola o teatro do reviver de tradições e até se promove a tradição a critério de valor.” Mais: “As comemorações ritualizam o itinerário que as sociedades percorreram, em obediência a intenções ideológicas da época em que se celebram; propõem ou baseiam-se tantas vezes em mitologias, afastando os homens dos problemas que realmente têm de enfrentar.” Do que de negativo e prejudicial tinham as comemorações só podia sair-se pela pesquisa “cientificamente conduzida, rigorosa e isenta.” Isto fez sair na revista *História* no ano 2000. Com mágoa, reduzia o que ia sendo feito a desperdício de dinheiros públicos. Sabendo que era um combate perdido. Talvez por isso tenha pensado por essa altura dizer “adeus aos descobrimentos.” O que não ocorreria. Porém, outros assuntos lhe prendiam a atenção, articulados com as suas permanentes preocupações e interesses. Fará um longo intervalo assinalado por uma viragem temática para a I República portuguesa. De posse de velhos papéis familiares empreende usá-los na escrita de uma biografia do Pai, coronel Vitorino Henriques Godinho. Será *Vitorino Henriques Godinho. Pátria e República (1878-1962)*. Se bem que consiga afastar-se dos perigos da admiração filial fica nítida uma atitude natural de estima pela figura biografada, vista com uma construída neutralidade. A que junta outros familiares e amigos como o coronel Manuel Maia Magalhães e o general João Pereira Bastos. Na base de cujas informações nos dá um panorama do regime republicano, dos seus êxitos e muitos fracassos, do empenhamento na Grande Guerra e na acção das tropas expedicionárias. Revelando o conhecimento insuspeitado de técnicas e tácticas militares. Em que parecia comprazer-se. Mas sobretudo mostrava-se atento para avançar com necessárias rectificações a visões revisionistas que começavam a proliferar. Essas “reideologizações arcaizantes”, que entendia dever combater. Porque, como sempre, há que compreender e de explicar “Portugal e os Portugueses”. Este o título de um trabalho que muitas vezes quis empreender, em volta do qual sempre reflectiu, cuja elaboração com colaboradores planificou e que afinal ficaria por escrever.

Vitorino Magalhães Godinho queria empreender uma ingente obra de compreensão e explicação de Portugal. Indispensável para nos sabermos como Portugueses. Claro que, como todas as grandes tarefas e a ambição de atingir o global, era um que fazer que nunca ficaria completo. Mas o que foi sendo escrito e publicado é imenso e obriga a avançar na destrição da complexidade de um passado que é preciso investigar: nos seus êxitos e nos seus fracassos. Muitos são, pois, os títulos com o historiador contribuiu para essa construção do nosso devir. Ao mesmo tempo que se esforçava por reflectir sobre a actualidade, sobre a realidade nacional que não conseguia esquecer ou pôr em suspenso. Alertando para a crise que cedo detectara e que se devia a um rumo da economia que negava o contributo das demais ciência humanas confinando-se a uma oca “teoria económica”. E vêm os novos contributos, com uma atenção especial à construção europeia, com natural desconfiança democrática de quanto se cozinhava em assembleias restritas, afastando os cidadãos. Entendia que a constituição da Europa tinha que ser discutida e aprovado pela comunidade e não por uns tantos dirigentes. Entendia que havia que era preciso *Mudar de rumo*. Sem separar os problemas de Portugal dos problemas da Europa, como intitulará um dos seus últimos livros de intervenção cívica.

Em 2004 publica uma longa reflexão, com base em riquíssima erudição e reinterpretação histórica, o



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

fundamental *Portugal a emergência de uma Nação*. Comunidade de terra e gente, como se foi formando e construindo Portugal? Que elementos se foram agregando – muitas vezes conflituamente – para darem como resultado esta Nação, uma das primeiras que na Europa se apresentam como tal? Que políticas, que economias, que confrontos sociais, que modos de vida, que existências colectivas e que vontades individuais se congregaram para que resultasse esse Reino numa Península Hispânica que parecia um espaço para conter um só Estado? Portugal Estado-Reino (Nação) é o ponto de chegada de uma complexa história, e firma-se reconhecidamente em 1479-1480 com o Tratado de Alcáçovas-Toledo, assinado entre os reis portugueses e os reis de Castela e Aragão. Tratado que põe um ponto final aos conflitos reais e aristocráticos que de perto precederam. E que têm uma longa história. Cujo percurso há que acompanhar para dele se tomar plena consciência. Para nele se radicar a identidade e a coesão nacionais. Na base da exposição Magalhães Godinho usa o conceito que ele próprio criou e definiu como complexo histórico-geográfico. Quadro peninsular em que se vai inscrevendo. Com destaque especial para os conflitos militares, e para a figuração cartográfica, em cuja necessidade o autor insistia já desde os finais dos anos Quarenta. A ponto de dizer que havia que dar todas as aulas com o mapa pela frente. “A Península fica dividida entre um Reino que será um Estado-nação, marítimo, o único com esse estatuto na ordem periférica e um complexo com unidade dinástica de reinos e senhorios, na periferia nacionalidades, subordinadas a um centro que é plenamente um Estado.”

Livro notável, uma vez mais, de problematização, de procura de resposta a uma complexidade não escondida em que se imbricam estrutura, conjunturas e acontecimentos que o historiador cientista social sabe valorizar segundo uma pluralidade de linhas explicativas muito ricas. *Portugal a emergência de uma Nação* ainda não seria o termo da sua longa e profícua carreira, e trabalhos de difusão de ideias ainda crescem, passados os 90 anos, assinalados pelo *Jornal de Letras, Artes e Ideias* que o seu director José Carlos de Vasconcelos pôs sempre à disposição do historiador e do cidadão. Que aí várias vezes colaborará e onde várias entrevistas consigo serão publicadas. Será em 2008 que reaparece *A expansão quatrocentista portuguesa*, datada de 1945, com reedição muito enriquecida em 1962 (recebendo então o título de *A economia dos descobrimentos henriquinos*). Que agora é retomada com a designação primeira – merecendo bastantes actualizações e muitos retoques, acrescentos substanciais numa arquitectura estruturalmente idêntica. Trata-se da obra-prima de Vitorino Magalhães Godinho, trabalho de base para se entender por que Portugal arranca para o Atlântico e para além-mar. Porquê um pequeno reino do Finisterra europeu se lança na descoberta e depois na colonização de largos espaços em vários continentes? Como a sua situação – entre o Atlântico e o Mediterrâneo, não longe do mundo islâmico com que se confronta e combate – ajuda a explicar esse arranque para outras paragens? Como as actividades comerciais em que se implica desencadeiam a curiosidade e a decisão de largar em procura de outros mundos? Como a necessidade de metais preciosos e de cereais levam a conquistas e guerras? Como a situação estratégica nos negócios em crescimento nos finais da Idade Média implica uma inserção de Portugal nas grandes linhas definidoras da Modernidade? Páginas antigas e páginas novas, aproveitamentos e reaproveitamentos, em que alguns capítulos podem representar uma abertura para novos estudos sobre os



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

descobrimientos marítimos. Porque há que explicar a viabilidade material das navegações, e a sua aparelhagem técnica. E isto à luz das fontes reinterpretadas, não de imaginações descabeladas, assentes sobre palpites. Importa considerar a experiência náutica no Atlântico, esse “humanismo técnico que se interpõe entre o mundo do pouco mais ou menos, ou até do arbitrário, da ausência de destriça entre o possível e o impossível, do domínio da autoridade livresca sobre a observação indagadora, e a era da ciência moderna – matemática experimental [...]”. Com a observação empírica e o balbuciar da ciência, lugar central se deve deixar para a economia, “mas uma economia pensada como um domínio cultural e técnico, que não apenas um linguajar contido em si mesmo.”

É este um livro sùmula de metodologia – de método de análise e de construção histórica –, que é uma obra-prima também da escrita do seu autor. Para bem se ler e acompanhar a exposição de *A expansão quatrocentista*, há que ter ao lado os *Documentos sobre a expansão portuguesa*, entretanto também republicados. Porque em Magalhães Godinho sempre se alia a reflexão inovadora com o domínio erudito e documental. Conjugam-se criação e reflexão com grande rigor de informação erguendo magníficas construções historiográficas. Mais, a sua erudição é, em si mesma, uma problemática. Em que as perguntas que faz decorrem de uma reflexão aturada sobre o tema e temas conexos. Ficam para esse período os elementos necessários para sustentar os esforços para descobrir os descobrimientos na História portuguesa. Que, completados com *Os Descobrimientos e a Economia Mundial* dão a expansão de Portugal nos séculos XV a XVII, nos seus êxitos e nos seus fracassos. Com o entendimento das estruturas, das conjunturas e dos acontecimentos que interagindo (bem entrecruzados sem adoptar a arrumação braudeliana em camadas) nos põem perante a totalidade da história. Raras vezes a “História total” ou “História global” dos anseios dos historiadores dos *Annales* terão tido uma realização com tanto êxito.

Dos últimos anos data ainda a antologia de textos de Alexandre Herculano, a que antepôs uma introdução problemática que é também uma reinterpretação do Portugal do Liberalismo. Chamou-lhe “Herculano, o cidadão e o historiador no mundo do progresso.” Sempre a visão do historiador como intérprete não apenas do passado como devendo explicar o presente e abrir vias para o futuro. Por isso a proximidade com o liberal, que estuda na sua dupla vertente. Onde inevitavelmente sobressaem os aspectos políticos e culturais – sempre segundo os velhos procedimentos que foi desenvolvendo a partir dos ensinamentos de Lucien Febvre. E onde, uma vez mais, como sempre, a história da ciência e a história das técnicas são invocadas e trazidas a primeira plana. Porque a explicação do homem – para além do seu génio que a história não deslinda – se contém no envolvimento social em que viveu e agiu. Procurando modificar aquilo que de errado percebia, procurando endireitar caminhos que se enviesavam. Nessas talvez derradeiras páginas originais de uma produção que se estende por setenta anos (de 1940 a 2010), nem sempre o leitor que se familiarizou com a obra de Magalhães Godinho deixará de sentir um paralelismo sentido e talvez afeiçoado do escritor com o seu objecto. Em especial nos últimos anos procurava ânimo para um projecto que acarinhava: as relações da história com a ficção romanesca. No que também converge com Herculano, que à ficção consagrou uma parte (talvez a menos interessante, hoje) da sua actividade de escritor. Tratava-se de, escrevia o historiador liberal, “recompor o coração do que é morto pelo



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

coração do que vive, o génio do povo que passou pelo do povo que passa.” E mais adiante vai a Alfred de Vigny para usar fórmula que considera magistral: “a História apresenta os movimentos colectivos, as acções sociais, mas não penetra na intimidade do ser humano, o que só é possível pela ficção.” Sem esquecer que o historiador e o cidadão (político) são duas faces da mesma personalidade. Assim, e analisando o autor da *História de Portugal*: “A discordância (se a há) entre o historiador e o político, tem a sua razão de ser na atitude de um e outro. O historiador constata e regista, o político aprecia em função de certos valores e escolhe caminhos. Por isso vemos Herculano, defensor da complexidade do processo de civilização, que entende dever nortear-se pelos dois princípios da cidadania e do regime da liberdade, por um lado, e da melhoria das condições materiais da existência, por outro, destacar as invenções e inovações (para empregar a linguagem actual) que transformaram a vida da humanidade.” Recorde-se que este texto se liga com as “Palavras preliminares” a Gustave Glotz ou da “Introdução” a Condorcet, que publicara em 1946. Naturalmente matizada e reconstruída (e sobretudo enriquecida em complexidade), no entanto a estrutura do raciocínio de Magalhães Godinho mantém-se ao longo do tempo. Como se se referisse a si próprio, Herculano “ressalta a importância das técnicas para a história geral da civilização.” Páginas fundamentais para entender o criticado e o crítico, o primeiro que entendeu com enviesamentos vários o Renascimento e a Época Moderna, o outro que com ele dialoga, como se à sua frente o encontrasse, explicando-lhe o que deveria ter pensado e escrito. “Herculano é injusto”, em especial porque ignora o arranque da ciência moderna “com a álgebra, a geometria analítica de Descartes, a mecânica de Galileu, a astronomia de Képler, e depois o cálculo com Leibnitz e Newton. Que a religião tem um pensador como Pascal, que há filósofos como Hobbes, Spinoza, Loxke, e Bayle publica o seu Dicionário onde todo o iluminismo vai beber.” Para concluir, que o “nosso problema é o futuro, e o dilema liberdade-desigualdade.” No século XIX como nos nossos dias. Dias que o historiador e o cidadão Vitorino Magalhães Godinho numa só pessoa tentava ler, na inquietação que não se apaziguava.

Muitas são as perguntas e os problemas que o historiador-cientista social trouxe para a história portuguesa. Alguns inteiramente novos, outros que mal se esboçavam em escritos ou propostas interpretativas de António Sérgio, Duarte Leite, Jaime Cortesão, Veiga Simões e David Lopes. E de poucos mais, entre os autores portugueses. Perguntas e respostas que, felizmente para os seus muitos leitores, continuou a arrumar em volumes de *Ensaios e Estudos* os artigos que por aqui e por ali se encontravam dispersos. Sempre com retoques de estilo e acrescentos para melhor proporcionar uma leitura que raras vezes é simples, mas sempre límpida na sua formulação e estimulante nas suas propostas de reflexão. Em que abundam as propostas de actuação para todos, com base na história tida como uma ciência e usada como forma de pensamento.

Bibliografia activa: *A crise da história e as suas novas directrizes*, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, 1946; *Les grandes découvertes*, separata do *Bulletin des Études Portugaises*, Coimbra, Coimbra Editora, 1953; *A economia dos descobrimentos henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, 1962; *Os descobrimentos e a economia mundial*, Lisboa, Arcádia, 1963-1971; *A estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Arcádia, 1971; *Portugal, a Pátria bloqueada e as responsabilidades da cidadania*, Lisboa, Presença, 1985; *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990; *Les Sciences Humaines et la mutation du Monde*, Lisboa, Ed. Colibri, 1998; *Le devisement du Monde. De la pluralité des espaces à l'espace global de l'humanité, XV^e-XVI^e siècles*, Lisboa, Instituto Camões, 2000. *Portugal a emergência de uma Nação*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004; *Vitorino Henriques Godinho. Pátria e República (1878-1962)*, Lisboa, Assembleia da República – Dom Quixote, 2004; *A expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 2008; *Ensaio e Estudos. Uma maneira de pensar*. Lisboa, Sá da Costa, vol. I, 2009; *Ensaio e Estudos. Compreender o mundo de hoje*, Lisboa, Sá da Costa, vol. II, 2010; *Os problemas de Portugal. Os problemas da Europa*, 2^a ed., Lisboa, Ed. Colibri, 2010; *Alexandre Herculano. O cidadão e o historiador. Antologia*, com colaboração de Eurico Gomes Dias, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2010.

Bibliografia passiva: Estudos e Ensaio em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Sá da Costa, 1988; *Le Portugal et le Monde*, vol. L dos Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Lisboa – Paris, 2005; MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Oração de Sapiência proferida na abertura solene do ano lectivo”, in *Notas económicas. Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, nº 30, 2009; *Review Fernand Braudel Center*, Binghamton University, vol. XXVIII, nº 4, 2005.

Joaquim Romero Magalhães

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



APOIOS:

